

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 27

1. Introdução e aspectos críticos	27
2. Do conceito de execução trabalhista	29
3. Princípios da execução trabalhista	31
3.1. Conceito e importância.....	31
3.2. Dos princípios da execução trabalhista em espécie	35
3.2.1. Primazia do credor trabalhista.....	35
3.2.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado	36
3.2.3. Princípio do título	37
3.2.4. Redução do contraditório.....	38
3.2.5. Patrimonialidade.....	41
3.2.5.1. A questão da prisão do devedor de verba alimentar.....	41
3.2.6. Efetividade	43
3.2.6.1. Direito fundamental à tutela executiva	43
3.2.7. Disponibilidade	45
3.2.8. Princípio da instrumentalidade das formas.....	46

3.2.9.	Função social da execução trabalhista	47
3.2.10.	Subsidiariedade	49
3.2.10.1.	Da aplicação subsidiária da Lei n. 6.830/80 à execução trabalhista	50
3.2.11.	Princípio da duração razoável do processo na execução	52
3.2.12.	Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético).....	57
3.2.13.	Princípio do impulso oficial.....	58
3.2.14.	Princípio da proporcionalidade.....	64
3.2.15.	Princípio da cooperação.....	66
4.	Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na execução trabalhista e as lacunas da Consolidação das Leis do Trabalho.....	68
4.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho	68
4.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC... ..	71
5.	Competência para a execução trabalhista	83
6.	Regras de direito intertemporal e a vigência da Lei n. 13.467/17	86
7.	Da prescrição na execução trabalhista.....	90
7.1.	Conceito de prescrição	90
7.2.	Da prescrição intercorrente	92
8.	Da conciliação na execução trabalhista	101
9.	Da audiência de conciliação na execução trabalhista	104
9.1.	Da audiência telepresencial na execução trabalhista	108
10.	Requisitos preliminares da execução trabalhista (pressupostos processuais e condições da ação executiva).....	111
10.1.	Pressupostos processuais da execução	111
10.2.	Das condições da ação.....	113
11.	Das condições da ação em espécie.....	115
11.1.	Legitimidade	115

11.2.	Legitimidade ativa	116
11.3.	Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	118
11.4.	(Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	118
11.5.	Do sub-rogado	122
11.6.	Legitimidade passiva	123
11.7.	Interesse processual.....	123
11.8.	Possibilidade jurídica do pedido	126
12.	Do mérito da execução.....	126
13.	A postura do Juiz do Trabalho diante da execução	127
14.	Medidas executivas atípicas	131

CAPÍTULO II

DA BOA-FÉ DAS PARTES NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 141

1.	Dos deveres das partes e procuradores	141
2.	Da litigância de má-fé no processo do trabalho.....	146
3.	Da fraude à execução no processo do trabalho.....	147
4.	Da fraude à execução e fraude contra credores	152
5.	Do ato atentatório à dignidade da justiça	155
6.	Do assédio processual na execução trabalhista	157
6.1.	Da reparação do assédio processual na execução tra- balhista	164

CAPÍTULO III

DOS TÍTULOS EXECUTIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 167

1.	Conceito e requisitos do título executivo	167
2.	Títulos executivos judiciais previstos na CLT.....	171
2.1.	Sentença trabalhista transitada em julgado.....	171
2.2.	Sentença trabalhista pendente de julgamento de recurso recebido apenas no efeito devolutivo.....	174

2.2.1.	A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	174
2.3.	Acordos homologados pela Justiça do Trabalho	180
3.	Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas	180
3.1.	Os termos de ajustes de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho	180
3.2.	Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia	182
4.	Títulos executivos não previstos na CLT que podem ser executados na Justiça do Trabalho	183
4.1.	Judiciais	183
4.1.1.	Sentença penal condenatória que atribui responsabilidade penal ao empregador, transitada em julgado	183
4.1.2.	Termo de homologação de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E da CLT)	185
4.1.3.	Sentença arbitral	188
4.2.	Títulos extrajudiciais previstos no CPC	191
4.2.1.	A certidão de inscrição na dívida ativa da União referente às penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	191
4.2.2.	Títulos de crédito oriundos ou decorrentes da relação de trabalho podem ser executados na Justiça do Trabalho	192

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL 197

1.	Conceito	197
2.	Da responsabilidade patrimonial secundária	198
3.	Dos responsáveis secundários na execução no processo do trabalho (hipóteses típicas)	199

3.1.	Sucessão de empresas (empregadores).....	199
3.2.	Da responsabilidade do sócio (Desconsideração da personalidade jurídica).....	206
3.3.	Da responsabilidade do sócio retirante.....	214
3.3.1.	Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	220
3.3.1.1.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	224
3.4.	Bens do cônjuge.....	229
3.5.	Da responsabilidade do devedor subsidiário	233
3.5.1.	Da responsabilidade solidária da empresa integrante do consórcio de empregadores.....	235
3.5.2.	Da responsabilidade subsidiária nos contratos de franquia.....	238
3.6.	Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento.....	241
3.7.	Da responsabilidade do devedor subsidiário que não participou da fase de conhecimento.....	249

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO 257

1.	Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica	257
2.	Da liquidação por cálculos no processo do trabalho	263
3.	Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	265
4.	Liquidação por arbitramento.....	266
5.	Liquidação por artigos (pelo procedimento comum).....	268
6.	Da revelia na liquidação de sentença trabalhista.....	269
7.	Da perícia na liquidação	271
8.	Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho.....	279

9. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade 280
10. A questão dos juros e correção monetária dos créditos trabalhistas..... 284

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 295

1. Conceito e importância 295
2. A execução provisória do processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho 298
3. Da penhora de dinheiro na execução provisória..... 305
4. Execução provisória de obrigação de fazer 307

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 311

1. Introdução e o Procedimento da CLT..... 311
2. Da liberação do depósito recursal antes do início da execução (art. 899 da CLT)..... 313
3. Do início da execução trabalhista e da citação do executado 315
4. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC e sua aplicabilidade no processo do trabalho 319
 - 4.1. Do art. 523 do CPC 319
 - 4.2. Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao processo do trabalho. Por uma mudança de mentalidade no caminho da efetividade e celeridade processuais 320
 - 4.2.1. Da aplicabilidade da multa do art. 523 do CPC na execução provisória no processo do trabalho 325
5. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho 325
6. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista..... 328
7. Da certidão negativa de débitos trabalhistas 332

CAPÍTULO VIII

DA PENHORA	335
1. Conceito e natureza jurídica.....	335
2. Dos efeitos da penhora	336
2.1. Do tempo e local da penhora.....	337
3. Da importância da penhora para a execução.....	340
4. Indicação de bens. Ordem de penhora. Construção e garantia do juízo	341
4.1. Ferramentas eletrônicas para a efetividade da penhora (Convênios).....	345
5. Do auto de penhora	353
6. Dos bens impenhoráveis	354
7. Da impenhorabilidade do bem de família	360
8. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	373
9. Da penhora de salário	380
9.1. Da penhora da quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos.....	386
10. Penhora de bens imóveis	387
10.1. Da penhora do imóvel em condomínio (indivisível).....	390
10.2. Do registro da penhora do imóvel e consequências	393
10.3. Da penhora do imóvel hipotecado.....	395
10.4. Fraude à execução (terceiro de boa-fé e a penhora de bem imóvel).....	398
11. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	403
12. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	405
13. Penhora de faturamento	406
14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	407
15. Penhora de crédito	409
16. Penhora no rosto dos autos	410
17. Substituição de penhora.....	412

18. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho).....	414
19. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC).....	418
20. Da avaliação dos bens penhorados.....	419
21. Do depósito dos bens penhorados e o depositário	422
22. Depositário infiel – prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	426

CAPÍTULO IX

MODALIDADES DE DEFESA NA EXECUÇÃO DO EXECUTADO E DE TERCEIROS 433

1. Embargos à execução (Título executivo judicial).....	433
2. Do conteúdo dos embargos à execução.....	438
2.1. Nulidade da citação se o processo correu à revelia	438
2.2. Prescrição da dívida	439
2.3. Cumprimento da decisão ou quitação da dívida	440
2.4. Inexigibilidade do título	440
2.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea	440
2.6. Excesso de execução	440
2.7. Inexigibilidade do título em razão do dispositivo em que se baseava ter sido declarado inconstitucional (§ 5º do art. 884 da CLT)	443
2.8. Impugnação à liquidação	445
2.9. Matérias de ordem pública.....	446
2.10. Do procedimento dos embargos à execução.....	446
2.11. Embargos à execução por título executivo extrajudicial.....	451
2.12. Do requerimento de parcelamento da execução pelo executado (art. 916 do CPC) e sua compatibilidade com o processo do trabalho	453
3. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho.....	455
4. Dos embargos de terceiro	463

CAPÍTULO X**DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DO TRABALHO E
DISPOSIÇÕES FINAIS DA EXECUÇÃO 473**

1. Da Hasta Pública 473
 - 1.1. Formalidades da Hasta Pública..... 475
2. Expropriação 478
3. Alienação por iniciativa particular..... 479
4. Alienação por leilão eletrônico..... 480
5. Arrematação – Conceito e legitimidade para arrematar 482
 - 5.1. Da arrematação parcelada de bens..... 485
 - 5.2. Ônus e dívidas que gravam o bem arrematado..... 487
6. Adjudicação 490
 - 6.1. Da adjudicação antes da Hasta Pública..... 492
7. Remição da execução 495
8. Remição de bens..... 498
9. Prioridade da expropriação no processo do trabalho..... 499
10. Lance mínimo..... 499
11. Lance vil..... 500
 - 11.1. Lance vil no processo do trabalho..... 501
 - 11.2. Impugnação da expropriação no processo do trabalho 504
12. Suspensão e extinção da execução no processo do trabalho 507
13. Suspensão da execução no curso de ação rescisória..... 509
 - 13.1. Possibilidade de suspensão da execução ou relativização da coisa julgada em razão do estado de força maior provocado pela pandemia do Coronavírus 510
14. Custas e despesas processuais na execução trabalhista 517
15. A questão dos honorários advocatícios na execução trabalhista 520

CAPÍTULO XI**DOS RECURSOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA 533**

1. Agravo de petição 533
 - 1.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia 542
 - 1.2. Procedimento 545
2. Recurso de revista..... 545
 - 2.1. Requisitos específicos do recurso de revista..... 549
 - 2.2. Hipótese de cabimento na execução de sentença 557
 - 2.2.1. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas..... 564
 - 2.2.2. Admissibilidade do Recurso e Saneamento de nulidades 566
 - 2.3. Transcendência no recurso de revista 567
 - 2.4. Efeitos do recurso de revista 578
 - 2.4.1. Devolutivo 578
 - 2.4.2. Efeito suspensivo 579
3. Dos embargos de declaração 580
 - 3.1. Conceito e natureza jurídica 580
 - 3.2. Hipóteses cabíveis 581
 - 3.3. Caráter infringente dos embargos (Efeito modificativo)... 584
 - 3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória..... 584
 - 3.5. Embargos de declaração e contraditório 585
 - 3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa 586
 - 3.7. Embargos de declaração e prequestionamento 588
 - 3.8. Do processamento dos embargos de declaração 588
4. Agravo de instrumento 590
5. Do recurso extraordinário na execução trabalhista..... 594

5.1.	Efeitos do recurso extraordinário na execução da sentença trabalhista	600
------	---	-----

CAPÍTULO XII

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 603

1.	Execução da parcela previdenciária	603
1.1.	Da competência	603
1.2.	Do procedimento da execução previdenciária	608
2.	Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial	624
2.1.	Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	637
2.1.1.	Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial	640
2.2.	Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial	644
3.	Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho.....	646
4.	Execução em face da Fazenda Pública.....	651
4.1.	Conceito e introdução.....	651
4.2.	Procedimento na Justiça do Trabalho	655
4.3.	Dos créditos de pequeno valor.....	663
5.	Da execução de parcelas sucessivas	666
6.	Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	667
7.	Ação anulatória	677
8.	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	681
8.1.	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	683
8.2.	Competência funcional e procedimento	685
9.	Ação Monitória	687

9.1.	A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	694
9.2.	Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho	698
10.	Mandado de Segurança	699
10.1.	Conceito de Mandado de Segurança	699
10.2.	Do direito líquido e certo.....	701
10.3.	Das competências material e funcional para o Mandado de Segurança	704
10.4.	Mandado de Segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista	707
10.5.	Procedimento do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho	708
10.6.	Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia	714
10.7.	Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança	716
10.8.	Do prazo para interposição do mandado de segurança.....	716
11.	Correição parcial	718
12.	Execução da decisão que concede a tutela antecipada no processo do trabalho.....	721
13.	Da tutela cautelar na execução trabalhista	724
13.1.	Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho na execução.....	726
13.2.	Do procedimento da tutela cautelar no processo do trabalho	727

CAPÍTULO XIII

LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 733

1.	Do conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	733
2.	Da natureza da decisão proferida em ações coletivas para a defesa de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos	738

3. Liquidação e execução dos direitos difusos e coletivos.....	739
4. A liquidação da decisão para interesses individuais homogêneos	741
5. A execução dos interesses individuais homogêneos.....	750
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	753